

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Odoyá Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.936	25.288
Concessionárias e permissionárias	8	6.961	6.462
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.780	2.733
Outros impostos a recuperar		151	1.366
Outros créditos		1.630	452
Despesas antecipadas		334	343
		<u>25.792</u>	<u>36.644</u>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido		5.674	3.676
Aplicações financeiras vinculadas	7	13.150	14.389
Imobilizado	9	573.293	591.752
Intangível	9	3.023	3.023
		<u>595.140</u>	<u>612.840</u>
Total do ativo		<u><u>620.932</u></u>	<u><u>649.484</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	1.240	1.454
Financiamentos e debêntures	11	23.475	26.543
Obrigações fiscais		948	270
Taxas regulamentares		1.164	804
Dividendos a pagar		7.153	8.358
Partes relacionadas	18	268	8
		<u>34.248</u>	<u>37.437</u>
Não circulante			
Financiamentos e debêntures	11	369.579	380.501
		<u>369.579</u>	<u>380.501</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12	225.501	225.501
Reserva de incentivos fiscais		3.640	2.939
Reserva de lucros		36.805	31.359
Prejuízo acumulado		(48.841)	(28.253)
		<u>217.105</u>	<u>231.546</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>620.932</u></u>	<u><u>649.484</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Oodá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta	14	73.988	71.622
(-) PIS e COFINS		(6.844)	(6.731)
Encargos - Parcela "A" (-) P&D ,FNDCT e MME		(1.020)	(1.036)
Receita operacional líquida		<u>66.124</u>	<u>63.855</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		66.124	63.855
Custos gerenciáveis parcela "B"	15		
Material		(5)	(48)
Serviços de terceiros		(7.438)	(6.108)
Outras despesas		(644)	(786)
Despesas com depreciação		<u>(19.820)</u>	<u>(21.469)</u>
		(27.907)	(28.411)
Resultado da atividade		38.217	35.444
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		828	2.251
Despesas financeiras		<u>(30.514)</u>	<u>(35.356)</u>
		(29.686)	(33.105)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		8.531	2.339
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(261)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.998	3.676
Lucro líquido do exercício		<u>10.268</u>	<u>6.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	10.268	6.015
Total do resultado abrangente do exercício	<u>10.268</u>	<u>6.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucro a realizar	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		225.501	1.749	2.939	9.544	925	240.658
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(6.769)	-	(6.769)
Lucro do exercício		-	-	-	-	6.015	6.015
Destinação de lucros à							
Reserva legal		-	1.760	-	-	(1.760)	-
Dividendos mínimos		-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	25.075	(25.075)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		225.501	3.509	2.939	27.850	(28.253)	231.546
Reversão de dividendos ano anterior					8.358		8.358
Dividendos deliberados					(15.788)		(15.788)
Juros sobre capital próprio					(10.126)		(10.126)
Lucro do exercício						10.268	10.268
Destinação de lucros à							
Reserva legal			1.543			(1.543)	
Reserva de incentivo fiscal				701		(701)	
Dividendos mínimos						(7.153)	(7.153)
Reserva de lucros a realizar					21.459	(21.459)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		225.501	5.052	3.640	31.753	(48.841)	217.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		10.268	6.015
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	19.820	21.469
Contribuição social corrente		261	
Imposto de renda e contribuição social diferido		(1.998)	(3.676)
Baixa de imobilizado	9	-	745
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	11	30.077	34.785
Provisões		169	(3.069)
		<u>58.597</u>	<u>56.269</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	8	(499)	1.100
Partes relacionadas	18	260	(9.049)
Outras contas a receber		87	66
Tributos a recuperar		1.168	(2.226)
Despesas antecipadas		9	30
Fornecedores	10	(383)	387
Obrigações fiscais		1.487	(1.464)
Fornecedor		-	(425)
Taxas regulamentares		360	412
		<u>2.487</u>	<u>(11.169)</u>
Contribuição social paga		(1.070)	
Fluxo de Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>60.016</u>	<u>45.100</u>
Atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	9	(2.626)	(3.403)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		<u>(2.626)</u>	<u>(3.403)</u>
Atividades de financiamentos			
Financiamentos e debêntures obtidos	11	1.236	-
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	11	(18.596)	(16.430)
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.239	(14.389)
Dividendos		(15.788)	
Juros sobre capital próprio pago	12	(10.126)	(6.769)
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	11	(26.707)	(28.887)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		<u>(68.742)</u>	<u>(66.475)</u>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(11.352)</u>	<u>(24.778)</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	6	13.936	25.288
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	6	25.288	50.066
Variação no saldo de no caixa e equivalentes de caixa		<u>(11.352)</u>	<u>(24.778)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Odojá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2019, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odojá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o fundo de investimento Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n.º 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moppro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS – 0502 – DTA – 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sietema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odojá.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Odoya Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, Odoya adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias. Na data da emissão da presente demonstração financeira, a administração da Companhia não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios, tendo em vista que a Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia .

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 21.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2021.

3.2. Licenças ambientais

Os órgãos responsáveis pelas licenças ambientais da Companhia são o IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e o IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Estado da Bahia.

A Companhia obteve as seguintes licenças ambientais para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): Portaria INEMA nº 11.334 emitida em 24 de fevereiro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 9596 emitida em 11 de abril de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III - Juazeiro II;
- Licença de Instalação (LI): Portaria INEMA nº 12.905 emitida em 17 de novembro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 10.713

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

emitida em 06 de novembro de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III - Juazeiro II;

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

3.2. Licenças ambientais--Continuação

- Licença de Operação - LO: a Resolução CEPRAM nº. 4.119, de 30 de agosto de 2010, prevê que no estado da Bahia a operação de linhas de transmissão não é contemplada em uma etapa específica do licenciamento ambiental. Desta forma, o último documento referente ao licenciamento ambiental do empreendimento foram as Licenças de Instalação que tiveram suas condicionantes atendidas.

Para o Estado da Bahia as autorizações ambientais necessárias estão inclusas na Portaria da Licença de Instalação, por isso não há outras autorizações necessárias.

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas licenças, são também necessárias outras autorizações específicas de órgãos intervenientes que já foram obtidas e todas as condicionantes foram atendidas, tanto que o empreendimento se encontra operacional e com as licenças ambientais vigentes.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

4.1. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

4.2. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

4.3. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

ii) Ativo financeiro ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46(a).

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

4.5. Concessionárias e permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

4.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.7. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.8. Imobilizado

i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

ii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

iii) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou indicação de desvalorização ativos nos exercícios apresentados.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

4.9. Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5.1. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
 - (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
 - (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
 - (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.
- As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1	1
Bancos	10	1.249
Banco vinculado (i)	6.375	5.840
Aplicações	7.550	18.198
	<u>13.936</u>	<u>25.288</u>

(i) Refere-se a conta vinculada ao empréstimo do BNDES e das Debentures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 95,3% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco BTG	CDB	46,8% CDI	7.550	18.198
			<u>7.550</u>	<u>18.198</u>

7. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação financeira vinculada	13.150	14.389
	<u>13.150</u>	<u>14.389</u>

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Banco Bradesco	CDB	83,8% CDI	13.150	14.389
			<u>13.150</u>	<u>14.389</u>

Refere-se, basicamente, a conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Concessionárias e permissionárias	<u>6.961</u>	<u>6.462</u>

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400			200	600	200		600	400
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	6.941			3.564	10.505	3.564	(1.152)	9.353	6.338
Máquinas e Equipamentos	560.653			67.771	628.424	67.771	(65.288)	563.136	514.636
Subtotal	567.994			71.535	639.529	71.535	(66.440)	573.089	521.374
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	128				128			128	128
A Ratear									
Pessoal	45			(45)		(45)			45
Materiais	16.540			(16.540)		(16.540)			16.540
Serviços	41.518			(41.518)		(41.518)			41.518
Outros	4.312	1.928		(6.240)		(4.312)			4.312
Resultado financeiro	7.189			(7.189)		(7.189)			7.189
Adiantamento a fornecedores	76				76			76	76
Material em depósito	202	642		(844)		(202)			202
Administração									
Móveis e utensílios	4			(4)		(4)			4
Outros									
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	364	56		(420)		(364)			364
Subtotal	70.378	2.626		(72.800)	204	(70.174)		204	70.378
Total do ativo imobilizado	638.372	2.626		(1.265)	639.733	1.361	(66.440)	573.293	591.752

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado e intangível--Continuação

Imobilizado - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	-	400	-	-	400	400
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	6.941	-	-	-	6.941	-	(603)	6.338	6.569
Máquinas e Equipamentos	560.653	-	-	-	560.653	-	(46.017)	514.636	535.874
Subtotal	567.994	-	-	-	567.994	-	(46.620)	521.374	542.843
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	128	-	-	-	128	-	-	128	128
A Ratear									
Pessoal	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Materiais	14.593	1.947	-	-	16.540	1.947	-	16.540	14.593
Serviços	41.117	401	-	-	41.518	401	-	41.518	41.117
Outros	3.636	676	-	-	4.312	676	-	4.312	3.636
Resultado financeiro	7.189	-	-	-	7.189	-	-	7.189	7.189
Adiantamento a fornecedores	821	-	(745)	-	76	(745)	-	76	821
Material em depósito	202	-	-	-	202	-	-	202	202
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Outros									
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	-	364	-	-	364	364	-	364	-
Subtotal	67.735	3.388	(745)	-	70.378	2.643	-	70.378	67.735
Total do ativo imobilizado	635.729	3.388	(745)	-	638.372	2.643	(46.620)	591.752	610.578

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado e intangível--Continuação

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2019	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2020	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2020	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985				1.985			1.985	1.985
Subtotal	1.985				1.985			1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.038				1.038			1.038	1.038
Subtotal	1.038				1.038			1.038	1.038
Total do intangível	3.023				3.023			3.023	3.023

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado e intangível--Continuação

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.023	15	-	-	1.038	15	-	1.038	1.023
Subtotal	1.023	15	-	-	1.038	15	-	1.038	1.023
Total do intangível	3.008	15	-	-	3.023	15	-	3.023	3.008

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado e intangível--Continuação

Composição / Depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação	2020		2019	
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,5	639.529	66.440	573.089	521.374
		<u>639.529</u>	<u>66.440</u>	<u>573.089</u>	<u>521.374</u>
Em Curso					
Transmissão					
Custo Histórico		204		204	70.735
Administração					
Custo historico					4
Outros					
P&D - Pesquisa e desenvolvimento					364
		<u>204</u>		<u>204</u>	<u>70.738</u>

As principais taxas de anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, que foi revogada pela resolução No. 674/2015, são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação %</u>
Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

10. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços	346	729
Provisões (i)	894	725
	<u>1.240</u>	<u>1.454</u>

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

(i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

11. Financiamentos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020	31/12/2019
BNDES Subcrédito - A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	29.025	30.848
BNDES Subcrédito - B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	179.989	189.469
BNDES Subcrédito - C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	9.623	10.119
BNDES Subcrédito - D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	17.898	18.867
BNDES Subcrédito - E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	8.774	9.326
BNDES Subcrédito - F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	54.328	57.190
BNDES Subcrédito - G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	2.904	3.054
BNDES Subcrédito - H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.402	5.695
BNDES Subcrédito - I	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 2,68%	1.224	-
Itaú - Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	83.887	82.476
				<u>393.054</u>	<u>407.044</u>
Circulante				23.475	26.543
Não circulante				369.579	380.501

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

11. Financiamentos e debêntures--Continuação

b) Movimentação 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2020
BNDES Subcrédito - A	30.848	-	1.987	(2.004)	(1.806)	29.025
BNDES Subcrédito - B	189.469	-	12.258	(12.357)	(9.381)	179.989
BNDES Subcrédito - C	10.119	-	655	(659)	(492)	9.623
BNDES Subcrédito - D	18.867	-	1.306	(1.316)	(959)	17.898
BNDES Subcrédito - E	9.326	-	601	(607)	(546)	8.774
BNDES Subcrédito - F	57.190	-	3.700	(3.731)	(2.831)	54.328
BNDES Subcrédito - G	3.054	-	198	(200)	(148)	2.904
BNDES Subcrédito - H	5.695	-	394	(397)	(290)	5.402
BNDES Subcrédito - I	-	1.236	24	(20)	(16)	1.224
Itaú - Debêntures	82.476	-	8.954	(5.416)	(2.127)	83.887
Total	407.044	1.236	30.077	(26.707)	(18.596)	393.054

c) Movimentação 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2019
BNDES Subcrédito - A	32.340	-	2.493	(2.405)	(1.580)	30.848
BNDES Subcrédito - B	195.161	-	15.243	(13.445)	(7.490)	189.469
BNDES Subcrédito - C	10.218	-	809	(584)	(324)	10.119
BNDES Subcrédito - D	19.644	-	1.609	(1.555)	(831)	18.867
BNDES Subcrédito - E	9.777	-	754	(727)	(478)	9.326
BNDES Subcrédito - F	58.908	-	4.601	(4.058)	(2.261)	57.190
BNDES Subcrédito - G	3.085	-	244	(177)	(98)	3.054
BNDES Subcrédito - H	5.929	-	486	(469)	(251)	5.695
Itaú - Debêntures	82.514	-	8.546	(5.467)	(3.117)	82.476
Total	417.576	-	34.785	(28.887)	(16.430)	407.044

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos e Debêntures--Continuação

BNDES

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Odojá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98%. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Debêntures

Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do Projeto Odojá e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 “Instrução CVM 476”, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação.. A garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário , e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de debêntures foram cumpridas pela Companhia.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u>
2020	
2021	23.475
2022	24.428
2023	27.442
Após 2023	317.709
Total financiamentos e debêntures	<u><u>393.054</u></u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 8 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos votos e sem ressalvas, houve a comunicação da alteração da sede da companhia, anteriormente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1004 - Centro - 20030-021 - Rio de Janeiro/RJ, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111, 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001.

Neste mesmo ato, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odojá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito é de R\$ 225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Composição acionária		31/12/2020		31/12/2019		
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999	225.500.999	99,9999996%	225.500.999
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1	1	0,0000004%	1
Total	<u>225.501.000</u>	<u>100%</u>	<u>225.501.000</u>	<u>225.501.000</u>	<u>100%</u>	<u>225.501.000</u>

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor dividendos mínimos apurado foi de R\$ 7.153.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	30.856	35.193
(-) Reserva legal	(1.543)	(1.760)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(701)	-
	<u>28.612</u>	<u>33.433</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	<u>7.153</u>	<u>8.358</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odojá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

d) Reserva de retenção de lucros

É destinado à aplicação em investimento previsto no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral.

13. Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 estavam assim representadas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis			4	699
Trabalhista	1	100	-	-
Fiscal	1	1.043	1	777
Fundiário	8	1.349		
	10	2.492	5	1.476

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

14. Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita anual permitida	73.988	71.622
Total Receita Bruta	<u>73.988</u>	<u>71.622</u>
(-) PIS e COFINS	(6.844)	(6.731)
(-) P&D ,FNDCT e MME	(1.020)	(1.036)
Receita líquida	<u>66.124</u>	<u>63.855</u>

15. Custos gerenciáveis

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Material	(5)	(48)
Serviços de terceiros (i)	(7.438)	(6.108)
Despesas com depreciação	(19.820)	(21.469)
Outros custos	(644)	(786)
	<u>(27.907)</u>	<u>(28.411)</u>

(i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviço de gestão empresarial , serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

16. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2020</u>				
	<u>Base de cálculo</u>	<u>Alíquotas</u>	<u>Total do IRPJ antes do Incentivo</u>	<u>(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%</u>	<u>Total</u>
IRPJ Corrente	2.898	25%	701	(701)	
CSLL Corrente	2.898	9%	261		261
					<u>261</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Base de cálculo	Alíquotas	31/12/2019		Total
		Total do IRPJ antes do Incentivo	(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%	
IRPJ Corrente	-	-	-	-
CSLL Corrente	-	-	-	-
	15% + 10% Adicional			
	9%			

17. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	828	2.251
Rendimento e aplicação financeira	487	2.251
Outras receitas financeiras	392	
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(51)	
Despesas financeiras	(30.514)	(35.356)
Juros de empréstimos e financiamentos	(30.077)	(34.785)
IOF de empréstimos		(23)
Outras despesas financeiras	(437)	(548)
Resultado financeiro líquido	(29.686)	(33.105)

18. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Transações	Passivo		
	Fornecedores	G&A	Outros
Quantum Participações S.A	8	-	8
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8	-	8
Quantum Participações S.A	268	(1.073)	(594)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	268	(1.073)	(594)

a) Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A

19. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	13.936	25.288
Aplicação financeira vinculada	13.150	14.389
Concessionárias e permissionárias	6.961	6.462
	<u>34.047</u>	<u>46.139</u>

- Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e permissonárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

<u>Instrumentos financeiros por indexador</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)		
CDI	20.700	32.587

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	20.700	Queda da taxa CDI	673	505	336
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI (%)			3,25%	2,44%	1,63%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 3.25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES - Subcréditos A – I	309.167	Queda da TJLP	14.067	17.584	21.101
Debêntures - Itaú	83.887	Aumento do IPCA	3.792	4.740	5.688
Referência para passivos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	-		4,55%	5,69%	6,83%
IPCA + 6,80 (%)	-		4,52%	5,65%	6,78%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 4,55% e 4,52% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN.

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Riscos de liquidez--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2020. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.240	1.240	-	-
Financiamentos e Debêntures	393.054	46.704	99.809	443.517
	<u>394.294</u>	<u>47.944</u>	<u>99.809</u>	<u>443.517</u>

e) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis,

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

19. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

Descritivo	31/12/2020		31/12/2019	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Caixas e equivalentes de caixa	13.936	13.936	25.288	25.288
Aplicação financeira vinculada	13.150	13.150	14.389	14.389
Total	27.086	27.086	39.677	39.677

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).
- A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2020 foram cobrados R\$4.491 (R\$4.226 em 2019).

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

20. Compromissos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2020 foram cobrados R\$4.491 (*R\$4.226 em 2019*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 2.640 por ano.

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias-- Continuação

Balanco patrimonial
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		13.936		13.936	25.288	-	25.288
Concessionárias e permissionárias		6.961		6.961	6.462	-	6.462
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.780		2.780	2.733	-	2.733
Outros impostos a recuperar		151		151	1.366	-	1.366
Outros créditos		1.630		1.630	452	-	452
Despesas antecipadas		334		334	343	-	343
Ativo de contrato	21.1		23.659	23.659	-	72.390	72.390
		25.792	23.659	49.451	36.644	72.390	109.034
Não circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferido*	21.3	5.674		5.674	3.676	7.123	10.799
Aplicação financeira vinculada		13.150		13.150	14.389	-	14.389
Ativo de contrato	21.1		744.194	744.194	-	667.350	667.350
Imobilizado	21.2	573.293	(573.293)	-	591.752	(591.748)	4
Intangível	21.2	3.023	(3.023)	-	3.023	(3.023)	-
		595.140	167.878	763.018	612.840	79.702	692.542
Total do ativo		620.932	191.537	812.469	649.484	152.092	801.576

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias-- Continuação

	Notas	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		1.240		1.240	1.454	-	1.454
Financiamentos e debêntures		23.475		23.475	26.543	-	26.543
Obrigações fiscais		948		948	270	-	270
Taxas regulamentares		1.164		1.164	804	-	804
Dividendos a pagar		7.153		7.153	8.358	-	8.358
Partes relacionadas		268		268	8	-	8
		<u>34.248</u>		<u>34.248</u>	<u>37.437</u>	<u>-</u>	<u>37.437</u>
Financiamentos e debêntures		369.579		369.579	380.501	-	380.501
PIS e COFINS diferido	21.3		71.026	71.026	-	68.426	68.426
Imposto de renda e contribuição social diferido*	21.3		57.485	57.485	-	41.228	41.228
		<u>369.579</u>	<u>128.511</u>	<u>498.090</u>	<u>380.501</u>	<u>109.654</u>	<u>490.155</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		225.501		225.501	225.501	-	225.501
Reserva de incentivos fiscais		3.640		3.640	2.939	-	2.939
Reserva de lucros	21.4	36.805	14.185	50.990	31.359	14.185	45.544
Prejuízo acumulado	21.4	(48.841)	48.841	-	(28.253)	28.253	-
		<u>217.105</u>	<u>63.026</u>	<u>280.131</u>	<u>231.546</u>	<u>42.438</u>	<u>273.984</u>
Total do passivo e patrimônio líquido							
		<u>620.932</u>	<u>191.537</u>	<u>812.469</u>	<u>649.484</u>	<u>152.092</u>	<u>801.576</u>

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias-- Continuação

Demonstrações do resultado
Em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Nota	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida – RAP	73.988	(73.988)		71.622	(71.622)	-
Receita de construção - Ativo de contrato				-	2.985	2.985
Remuneração do Ativo de contrato		82.567	82.567	-	80.182	80.182
Receita de O&M - Ativo de contrato		8.575	8.575	-	8.740	8.740
Outras receitas		10.960	10.960	-	-	-
	73.988	28.114	102.102	71.622	20.285	91.907
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(6.844)	(2.600)	(9.444)	(6.731)	(1.196)	(7.927)
P&D, FNDCT e MME	(1.020)		(1.020)	(1.036)	-	(1.036)
Receita operacional líquida	21.5	66.124	25.514	91.638	63.855	19.089
Custo de construção		1.362	(1.362)	-	(2.660)	(2.660)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		66.124	24.152	90.276	63.855	16.429
Custos gerenciáveis parcela "B"						
Material	(5)		(5)	(48)	-	(48)
Serviços de terceiros	(7.438)		(7.438)	(6.108)	-	(6.108)
Outras despesas	(644)	(4)	(648)	(786)	-	(786)
Depreciação	21.6	(19.820)	19.820	(21.469)	21.469	-
		(27.907)	19.816	(28.411)	21.469	(6.942)
Resultado da atividade		38.217	43.968	82.185	37.898	73.342
Resultado financeiro						
Receitas financeiras		828	828	2.251	-	2.251
Despesas financeiras		(30.514)	(30.514)	(35.356)	-	(35.356)
		(29.686)	(29.686)	(33.105)	-	(33.105)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		8.531	43.968	52.499	2.339	40.237
Imposto de renda e contribuição social corrente		(261)	(261)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.7	1.998	(23.380)	(21.382)	3.676	(8.720)
		(261)	(261)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		10.268	20.588	30.856	6.015	35.193

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

21.1. Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

21.1. Ativo de Contrato--Continuação

- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

21.2. Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da CPC 47/ IFRS 15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 20. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

21.3. Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 21.7, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a RAP (Receita Anual Permitida).

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

21.4. Patrimônio líquido

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	280.131	273.984
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de Contrato	(767.853)	(739.740)
Imobilizado e intangível	576.316	594.771
Impostos diferidos	128.511	102.531
Patrimônio líquido regulatório	217.105	231.546

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47 - Receita de contratos com clientes, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

21.5. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/ IFRS 15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/ IFRS 15 está demonstrada a seguir:

	2020			2019		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida - RAP	73.988	(73.988)	-	71.622	(71.622)	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato				-	2.985	2.985
Remuneração do Ativo de contrato		82.567	82.567	-	80.182	80.182
Receita de O&M - Ativo de contrato		8.575	8.575	-	8.740	8.740
Outras receitas		10.960	10.960	-		-
	73.988	28.114	102.102	71.622	20.285	91.907
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(6.844)	(2.600)	(9.444)	(6.731)	(1.196)	(7.927)
P&D, FNDCT e MME	(1.020)		(1.020)	(1.036)	-	(1.036)
Receita operacional líquida	66.124	25.514	91.638	63.855	19.089	82.944

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

21.6. Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

21.7. Conciliação do lucro do exercício

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro do exercício societário	30.856	35.193
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(28.114)	(20.285)
Pis/Cofins	2.600	1.196
Custo de Construção	1.362	2.660
Despesa de depreciação	(19.820)	(21.469)
Outras despesas	4	
IR/ CS Diferidos e correntes	23.380	8.720
Lucro líquido exercício regulatório	<u>10.268</u>	<u>6.015</u>

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção CPC 47/ IFRS 15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/ IFRS 15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

21. Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

21.7. Conciliação do lucro do exercício--Continuação

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros diretamente ou indiretamente, através de suas subcontratadas, para cobertura dos bens sujeitos a riscos relevantes bem como responsabilidade para com terceiros considerando a natureza e porte de sua atividade. Neste sentido possui cobertura vigente de seguros abrangente para os bens atrelados à concessão e para terceiros bem como cobertura vigente de responsabilidade civil de diretores, administradores e profissionais.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020 são:

PROJETO	TIPO	SEGURADORA	LIMITE DE INDENIZAÇÃO	VIGÊNCIA
Odoyá	Riscos Operacionais	Tokio Marine	155.000	30-Set-21
Odoya	Responsabilidade Civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30-Set-21
Odoya	Responsabilidade Civil Profissional	Chubb Seguros Brasil	3.400	23-Ago-21
Odoyá	Responsabilidade Civil para Gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31-Jul-21

23. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes favoráveis ou desfavoráveis após a data do balanço e antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

* * *

Daniel Araujo do Pinho
Diretor de Controladoria

Eduardo Bechara de Rosa
Diretor Financeiro

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC 1SP282352/O-0